



5º Encontro Internacional de Política Social 12º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Restauração conservadora e novas resistências”

Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Política social e estratégias de desenvolvimento.

Austeridade, família e Serviço Social: reflexões sobre Brasil e Portugal

Cilene Sebastiana da Conceição Braga¹

Maria Inês Martinho Antunes Amaro²

Olga Myrla Tabaranã Silva³

Resumo Esse artigo parte de reflexões produzidas na pesquisa “Serviço Social e Famílias: análise das demandas postas aos Assistentes Sociais do Brasil e de Portugal” iniciada em 2017. Países da América Latina e Europa têm enfrentando uma gama de desafios frente às tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal. O objetivo desse artigo é levantar algumas preocupações de Assistentes Sociais frente à redução de direitos sociais. Existe a necessidade de capacitação e reflexões dos profissionais com as mudanças nos processos de reorganização dos arranjos familiares e aumento da desigualdade. Em paralelo, assistiu-se, sob o signo da austeridade, a uma viragem das políticas sociais para modelos mais assistenciais, mais focalizados.

Palavras-chave: Austeridade; Assistência Social; Famílias

Austerity, family and Social Work: reflections on Brazil and Portugal.

Abstract This article is based on reflections produced in the research "Social Work and Families: an analysis of the demands placed on social workers in Brazil and Portugal" launched in 2017. Countries in Latin America and Europe have a range of challenges facing social tensions arising from the neoliberal advance. The purpose of this article is to raise some concerns of Social Workers towards the reduction of social rights. There is a need for training and reflections of professionals with the changes in the processes of reorganization of family arrangements and increase of inequality. In parallel, in the scope of austerity policies, a shift in social policies to more focused and assistentialist models took place.

Keywords: Austerity; Social Assistance; Families

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, países da América Latina e Europa têm enfrentado uma gama de desafios frente às tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal – e que rebatem diretamente no cotidiano das famílias pobres. Esse processo teve origem a partir da crise mundial do capitalismo vivida nos anos 1970. A redução de gastos com a seguridade social, o aumento do desemprego, as reduções de empregos formais, entre outros elementos,

¹Assistente Social, Especialista em Política Social (UFPA), Mestre e Doutora em Política Social (UnB) e Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará. E-mail: <cilene@ufpa.br>.

² Licenciada em Serviço Social (Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa), Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação (ISCTE-IUL), Doutora em Serviço Social (UCP) e professora Auxiliar (de carreira/permanente) do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. E-mail: <Ines_amaro@iscte.pt>.

³ Assistente Social, Especialista em Família e Políticas Públicas (UNAMA) e Mestre em Serviço Social (UFPA). E-mail: <olgamyrla@hotmail.com>.

passaram a fazer parte do cenário mundial e, com isso, intensificou-se os desafios colocados aos Assistentes Sociais e as famílias dos trabalhadores.

Portugal como parte da Europa viveu a experiência de uma grande crise capitalista a partir de 2008 que exigiu do Estado um conjunto de mecanismos voltados para a reorganização do grande capital como a redução de direitos sociais e políticas focalizadas. Então Portugal viveu um cenário diferente da realidade brasileira que, por sua vez, nunca havia apresentado um sistema de proteção social até à Constituição de 1988 que assegurou legalmente proteção na área da Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Além disso, no bojo de um cenário marcado por privatizações, o Brasil passou a fazer parte de um conjunto de medidas voltadas para a transferência de renda aos mais pobres a partir de 1990.

Enquanto Portugal sofria um retrocesso em termos de direitos sociais, o Brasil vivia naquele momento e de reforma tardia, a implementação de um conjunto de ações voltadas para a garantia de direitos sociais. É importante lembrar que os governos de Lula e Dilma ao mesmo tempo em que ampliaram ações voltadas para os trabalhadores por meio de implementação de políticas sociais, também atenderam os interesses do grande capital. Foi um dos momentos em que os bancos privados mais lucraram no país. As contradições presentes nesse período foram intensas que resultou também no fortalecimento do neoliberalismo.

Então o que os dois países apresentam de comum nesse contexto é uma conjuntura marcada por reduções de direitos sociais, promoção e fortalecimento de políticas de austeridade e também, mudanças nas formas de organização e das famílias.

As realidades desses países apresentam medidas de austeridade em função da crise econômica. Isso acarreta por outro lado um impacto desastroso na vida da população. STUCLER D (2014) salienta a necessidade dos países procurarem outras escolhas para a saída da crise sem colocar em risco a saúde da população já que uma das principais medidas e redução com gastos na área de saúde. O autor menciona que a redução de gastos na área da saúde para pagamento de dívidas, ao contrário do que é esperado, contribui para o aumento de gastos em função da piora de indicadores da saúde. Não contribuindo para a saída da crise, pelo contrário, austeridade para ele agrava a crise econômica em vez de solucioná-la.

No que diz respeito às mudanças nas formas de organização das famílias verifica-se que nos últimos anos as famílias têm reduzido de tamanho, houve aumento do

envelhecimento populacional, redução da natalidade, aumento do número de famílias mantidas economicamente somente por mulheres. Outra questão é que o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho levou o Estado a repensar sua relação com as famílias. Essas mudanças são desafiadoras a profissão tanto no Brasil como em Portugal.

Esse artigo apresenta um conjunto de problematizações acerca das medidas de austeridade vividas nos dois países, tendo como principal objetivo levantar essas questões advindas do campo de pesquisadores do Serviço Social e os impactos apresentados a famílias de trabalhadores nos últimos anos.

A necessidade de realizar essa investigação envolvendo Famílias e o Serviço Social no Brasil e em Portugal foi motivada por pela diversidade de estudos na área de família nos últimos anos nos dois países.

Diante disso, essa proposta tem como objetivo levantar reflexões sobre as demandas postas as famílias de trabalhadores no Brasil diante da ofensiva neoliberal e medidas de austeridade. A necessidade de fazer o recorte no campo da família ocorre em função dos/as Assistentes Sociais historicamente sempre atuarem junto as famílias de trabalhadores, independente de sua particularidade histórica e geográfica.

1. As estratégias do grande capital diante das crises econômicas na América Latina e Europa.

As ações voltadas para o fortalecimento do neoliberalismo contribuíram para a responsabilização da família no que tange ao acesso a serviços e benefícios pelos seus membros. Pode-se afirmar, dessa forma, que a privatização dos direitos sociais foi a grande marca do neoliberalismo, assim como a responsabilização e culpabilização de sujeitos e famílias pela sua condição de pobreza e pauperismo.

Observa-se que a privatização dos serviços e redução dos direitos continuou com os agravamentos das crises capitalistas a partir de 90. Faleiros (2009) salienta que a crise financeira de 2008 leva a refletir sobre duas questões: a regulação para a manutenção do capitalismo e possibilidade de superação do sistema enquanto dominação da estrutura e superestrutura de exploração. Nesta crise, segundo o autor, não houve apenas o falência do sistema financeiro, mas a confiança no sistema no que diz respeito à “ilusão” de ganhos. A ajuda pelo poder estatal a bancos foi a estratégia utilizada para a manutenção da ordem capitalista.

Para Boschetti (2012) essa crise é mais uma manifestação da crise estrutural do capital. Salienta também a forma como o capitalismo buscou superá-la, repassando recursos aos bancos e Instituições financeiras. Para ela muitas medidas socioeconômicas foram adotadas com direcionamentos específicos para a América Latina.

A ênfase no aumento do consumo, substancialmente por meio de políticas de transferência de renda, vem se constituindo em “modelo de desenvolvimento econômico e indica um horizonte de políticas sociais focalizadas na extrema pobreza, em detrimento de investimentos em políticas sociais universais.” (BOSCHETTI, 2012, p.34).

Portugal segundo Carvalho e Pinto (2015) adotaram uma relação moralizadora da pobreza em função da ausência de condições de responder as necessidades do mercado com o aumento do desemprego com a crise de 2008. Privatizar bens públicos tornou-se sua principal função, assim como, construir e fortalecer políticas sociais focadas na pobreza.

Cabe ressaltar que a crise e mudanças no conjunto de estratégias voltadas para o controle da pobreza não começou em 2007-2008, mas teve início na década de 70. As crises de 1930, 1970 e, recentemente, a de 2008¹ foram as que mais tiveram impacto na forma de organização da econômica capitalista mundial, o que chamou a atenção de vários estudiosos. A crise de 2008 teve como base a questão financeira e a de 90, a monetária.

Faleiros (2001, p. 57) salienta que “vive-se, pois, uma crise de exclusão, de distanciamento social que parecia ser ou estar diminuído pelo progresso, crescimento e pelo Estado de Bem-Estar Social”. Todavia, para o autor essas mudanças não são homogêneas, elas são diferentes na Europa, nos Estados Unidos e nos países periféricos.

Os Estados Unidos chamavam a atenção pelo fato de ofertarem mais emprego e oferecerem menos proteção social. Na Europa, apesar do desemprego, existe ainda maior proteção social. Nos países periféricos, como o Brasil, a particularidade se dá com menor oferta de emprego, mínima proteção social e transferência de responsabilidades às famílias, conforme salienta Moreno (2000). Segundo o autor, os poderes públicos dirigem às famílias uma forte obrigação moral pelos cuidados dos seus membros.

Cabe destacar que o mercado de trabalho brasileiro se caracteriza, historicamente, pela informalidade (que diminuiu na gestão do governo Lula e aumentou consideravelmente nos últimos anos) e precarização das condições e relações de trabalho. É fundamental que

¹Gonçalves (2009) salienta que nos anos de 2003 a 2008 a economia brasileira teve um desempenho medíocre. As explicações para isso foram: a extraordinária vulnerabilidade externa da economia brasileira; as características do modelo neoliberal implantado aqui, a partir de 1980; e os erros e equívocos das políticas estratégicas do governo Lula.

apresentem esses elementos, já que as famílias atendidas pela Assistência Social no Brasil fazem parte desse contexto e sobrevivem em função de sua inserção nesse mercado.

A necessidade de se destacar o contexto social, econômico e político dos dois países ocorre em função de se utilizar a perspectiva histórico/estrutural como fundamento analítico e metodológico. Diante disso, salienta-se a importância de situar historicamente o objeto de estudo no contexto da realidade capitalista para conhecer os impactos desse processo no conjunto da classe trabalhadora e seus familiares.

Uma das questões que tem chamado atenção nos últimos anos é a forma como as orientações do consenso de Washington e do Banco Mundial têm servido para direcionar as ações de combate à pobreza na América Latina e também, no Brasil. Nessas abordagens, as famílias pobres se destacam como os grupos focais para atendimento de suas necessidades de sobrevivência por meio do acesso à transferência de renda por parte do Estado e também acesso aos serviços.

Em Portugal vive-se uma intervenção internacional denominada de Troika – medidas do governo português balizadas pelo FMI, do Banco Central Europeu e da União Europeia para Portugal. (CARVALHO; PINTO, 2015, p. 86). Essas medidas tiveram grandes impactos na área de saúde, no emprego e na segurança social colocando a população frente a um conjunto de medidas baseadas na insegurança.

Essas análises servem para apresentar que as famílias não se encontram em crise, mas, em processos de mudanças necessárias, de acordo com o surgimento de novas demandas a elas colocadas pela reorganização do Estado capitalista diante das crises econômicas.

2. Notas e Reflexões dos Profissionais de Serviço Social diante das demandas postas aos Assistentes Sociais nos dois países.

A gênese do Serviço Social tanto em Portugal como no Brasil sempre esteve associada a atuação junto a famílias e a Política Social, por isso, a necessidade de conhecer as principais preocupações dos Assistentes Sociais junto as famílias, mais especificamente, na área da Assistência Social.

A demanda posta aos Assistentes Sociais vem se metamorfoseando a cada dia em função dos novos arranjos familiares. Cabe salientar que a realidade brasileira apresenta mudanças em relação aos países europeus em função da realidade das famílias europeias advirem de experiências de Estado de bem-estar.

No Brasil existe uma particularidade já que a existência de um conjunto de direitos no campo social se dá a partir de 1988. Enquanto na Europa existia uma crise pós anos 70 que fortaleceu o neoliberalismo, reduziu gastos com social, no Brasil estávamos vivendo um processo de legitimação da Assistência Social como Política Pública.

As relações mantidas entre o Estado e a família apresentam mudanças de acordo com as necessidades de manutenção das relações capitalistas. Todavia, é importante frisar as contradições presentes nesse processo. Ao mesmo tempo em que as intervenções estatais servem para a manutenção das condições de sobrevivência do capital, atendem também a interesses dos cidadãos dentro do processo de garantia e acesso aos direitos sociais no capitalismo.

Atualmente conforme salienta Forti e Guerra (2013) é comum os Assistentes Sociais buscarem modelos de intervenção como se todas as realidades fossem iguais e tivéssemos modelos prontos para realizar intervenções. A busca por receitas prontas para serem aplicadas no real tornou-se preocupação no campo do Serviço Social conforme salienta Marilene Coelho (2013) e Yolanda Guerra (2013).

As buscas por modelos de intervenção junto a famílias também estão na mesma gama de preocupações. Os trabalhos com famílias no âmbito da Assistência Social apresentam desafios conforma salienta Miotto (2010). O Serviço Social brasileiro vem atravessando um conjunto de desafios no campo teórico e na construção de análises críticas que contribui para o desvendamento da realidade e que não reproduza modelos de atendimentos calcados no imediatismo, pragmatismo e culpabilização das famílias atendidas. Essa mesma preocupação vem sendo apresentada por autores, como Amaro e Branco (2011), que salientam a necessidade dos profissionais de Serviço Social ampliarem seus conhecimentos diante do cenário político e econômico pelo qual Portugal se apresenta.

No Brasil temos a preocupação de que muitos profissionais que atuam no campo da Assistência Social reproduzam a concepção de família a partir da ótica da proteção e normativas delineadas na Política de Assistência Social - PNAS e no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O fortalecimento de discussões na qual apresentam família apenas como proteção mostrava os limites de pensar as famílias sem contradição. Outra questão que é alvo de preocupação é a forma como os profissionais que atuam na área da Assistência Social, especificamente, no Programa Bolsa Família se limitam a atuar de forma controladora e punitiva junto a famílias que não cumprem as condicionalidades (CARNELOSSI, 2016). Segundo Carvalho e Pinto (2015), o Serviço Social português

também é orientado por políticas sociais cada vez mais seletivas e focalistas marcados por padrões burocráticos e de controle financeiro dos direitos sociais.

Além disso, chama atenção no Brasil a dificuldade de ultrapassar reflexões para além da cristalização da concepção de matricilidade colocada a família conforme pontuada nas normativas institucionais, como fortalecimento do vínculo, sem discutir condições e relações dentro do sistema capitalista de produção. Essas análises se reproduzem no simplismo de responsabilização das famílias por suas condições objetivas de sobrevivência sem levar em conta os impactos das medidas econômicas em suas vidas.

Além disso, abordar a família hoje é situá-la no conjunto de mudanças pelas quais ela sofre cotidianamente como por exemplo: o aumento de mulheres chefes de família; a diminuição do número de famílias compostas por pai, mãe e filhos; diminuição do número de filhos; maior inserção de mulheres no mercado; entre outras. Em Portugal a principal preocupação é atuação junto aos idosos já que é significativo o aumento do número de idosos no país. Dessa forma, as mudanças nos arranjos familiares é um dos elementos que merecem grandes estudos.

Essa situação leva a necessidade de conhecer as famílias nos seus diversos ângulos e não reproduzir concepções que remetem a existência de família estruturada e desestruturada (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2010).

Uma discussão presente nos estudos de Sarti (2010) é a relação das famílias pobres e sua organização em rede, por exemplo, a criação dos filhos muitas vezes acaba sendo responsabilidade de um conjunto que envolve a rede de parentesco e não sendo exclusiva da “família”. A autora ressalta que a frequência das rupturas conjugais, uniões instáveis, desempregos incertos “desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família” (SARTI, 2010, p. 29). Dessa forma, pensar a família a partir de um único arranjo e parâmetro é impossível visto a realidade brasileira apresentar um conjunto de arranjos familiares. Essa situação leva a definir famílias e não família (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2010). A importância de analisar família no plural leva a pensá-la na sua diversidade de relações. Elencamos dessa forma, como definição dessa pesquisa, o termo famílias no plural.

Mioto (2010) destaca a necessidade do reconhecimento das famílias como espaço altamente complexo que se reconstrói histórica e cotidianamente por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado.

A Relação que envolve Estado e Sociedade chama atenção em função das contradições vividas nesse campo. De um lado temos um conjunto de ações que partem das perspectivas nos documentos institucionais de proteção as famílias, mas, por outro lado, também é fortalecido o controle sobre elas por meio de ações tecnicistas calcadas na eficácia e eficiência. As reproduções dessas ações tecnicistas por assistentes sociais acabam reproduzindo nesse processo a culpabilização das famílias pela sua situação de pobreza.

Então analisar Família, Serviço Social e Política Social nesse momento é mais que necessário, pois trata-se de repensar formas de ver a família, de analisar políticas, processos interventivos e principalmente, fazer reflexões sobre o significado de políticas centralizadas na família nos dois países que vivem um contexto marcado por medidas restritivas de direitos, conhecidas também como medidas de austeridade.

Diante deste contexto questiona-se as concepções teóricas e principais problematizações que compõe o conjunto de estudos realizados no campo do Serviço Social nos últimos anos acerca das famílias nos países Brasil e Portugal. Quais os impactos desse processo no conjunto da classe trabalhadora e seus familiares?

Carvalho (2007) ressalva que, nos países centrais, desde o pós-guerra, houve um movimento que “descartou” a família da responsabilidade de efetivação de políticas públicas, processo esse que contribuiu para o fortalecimento da opção do indivíduo como portador de direitos: “Apostava-se que a família seria prescindível, substituível por um Estado protetor dos direitos dos cidadãos”. (CARVALHO, 2007, p. 267). A lógica era a centrada do indivíduo no mercado e sua manutenção financeira por meio dele.

A família passou a fazer parte dos modelos de proteção social a partir das demandas apresentadas pelo mercado. Nesse sentido, Esping-Andersen (1991) apresentou dois conceitos chaves acerca da família, do mercado e principalmente com relação à proteção social. O autor trabalhou dois conceitos: o de desfamíliação e o de familismo. O primeiro é caracterizado por um grau de abrandamento da responsabilidade familiar com relação ao bem-estar social, por meio do Estado ou do mercado. O familismo, por sua vez, diz respeito à centralização na família ao assumir como principal responsável pelo bem-estar de seus membros.

Esping-Andersen (2010) defende que é indispensável a combinação entre família, mercado e proteção social. Para ele, compreender bem os desafios que o Estado de bem-estar deve enfrentar, é indispensável refletir sobre os objetivos dos regimes de Proteção Social. Nessa linha de análise, o autor ressalta que é necessária para a manutenção e

proteção das famílias essa combinação, o mercado subsidia as famílias com os salários e o Estado subsidia por meio da Assistência Social as famílias. Segundo Esping-Andersen (2010),

Si el mercado falla, recurrimos a la familia o a los poderes públicos. En efecto, el mercado puede con facilidad no satisfacer numerosas necesidades básicas, sea porque los precios sean elevados, sea porque la información está desigualmente repartida. (ESPING-ANDERSEN, 2010, p. 23).

O mercado já tem uma estrutura orgânica que contribui para a reprodução das péssimas condições de sobrevivência das famílias. Dessa forma, a sociedade capitalista produz a condição de pobreza das famílias. O autor ressalta que as “falhas” também advindas da família têm impacto muito significativo junto aos membros da família como idosos e crianças. O grande problema é que o rico geralmente tem acesso a esses serviços por meio da privatização dos serviços disponíveis no mercado ao contrário do pobre.

Essa situação geralmente ocorre em função da ausência da mulher do desenvolvimento dessas funções já que ela é vista como cuidadora dos membros da família. Um dos maiores problemas dessa relação envolve as condições dadas à mulher. Ela, durante muito tempo e ainda nos dias de hoje, é responsável pelos cuidados da casa, dos serviços de atenção pessoal como cuidados com os filhos (crianças e idosos), não é à toa que ela é definida por muitos como cuidadora. A sobrecarga de responsabilidades dadas a mulher nessa relação é muito intensa.

As redes de solidariedade familiar também são marcadas pelas ajudas dadas pelas avós às mães, no cuidado com as crianças. Essas ações são realizadas no Sul da Europa, segundo Moreno (2000). Nos países mediterrâneos e latinos como o Brasil, a família foi e continua sendo colocada e valorizada como um dos meios principais de fonte de socialização. Além disso, é muito intensa sua relação com as redes de parentesco e solidariedade entre seus membros. Estudos como os de Sarti (2007) mostram tais informações.

A família só recorre ao Estado quando não resolve as demandas internamente e não tem condições de recorrer ao mercado pela ausência de recursos já que os serviços são caros. *La permanencia de la adhesión a una política familiarista ha abierto paradójicamente un vacío de protección que no cesa de crecer.* (ESPING-ANDERSEN, 2010, p. 24).

Observa-se que, assim como o patriarcado (THERBORN, 2006), o Estado de Bem-Estar moderno sempre esteve baseado em todos os momentos no familismo (ESPING-

ANDERSEN, 2010). Essa foi basicamente a característica dos Estados de bem-estar na Europa continental.

Segundo Singly (2007), a intervenção do Estado junto às relações familiares inicia-se quando o Estado começa a criar normas jurídicas para limitar o direito da punição paternal. Esses elementos são a base para as intervenções do Estado junto à família. A reprodução do patriarcado e das relações assimétricas no interior das famílias ganha legitimidade no Estado capitalista.

A família teve papel importante no conjunto de políticas dirigidas pelo Estado. Carvalho (2007) ressalva que, nos países centrais, desde o pós-guerra, houve um movimento que “descartou” a família da responsabilidade de efetivação de políticas públicas, esse processo contribuiu para o fortalecimento da opção do indivíduo como portador de direitos: “apostava-se que a família seria prescindível, substituível por um Estado protetor dos direitos dos cidadãos”. (CARVALHO, 2007, p. 267).

Segundo Therborn (2006),

O casamento e a família são temas caros ao conservadorismo social, centrais à sua concepção de ordem desejável. Os direitos individuais, principalmente de mulheres e crianças, são visto negativamente, como um colapso ou, pelo menos, como uma séria ameaça à ordem. (THERBORN, 2006, p. 277).

Observa-se dessa forma que a relação entre Estado capitalista e família se destaca nos estudos sobre política social, na medida em que a família passa a ser alvo de políticas públicas e nela são efetuadas todas as perspectivas de sucesso de seus membros na condução de reprodução de valores individualistas e na entrada dos seus membros no mercado de trabalho.

No contexto marcado por políticas fragmentadas, focadas na pobreza, no individualismo e nas relações assimétricas no interior das famílias torna-se necessário construir elementos analíticos importantes para o real atendimento das necessidades das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas de austeridade apresentam impactos desastrosos na vida dos trabalhadores e seus familiares. As formas como elas são organizadas nos dois países são mediadas por organismos internacionais como Banco Mundial, que criam medidas focadas no “Combate a pobreza” e nas incertezas e inseguranças do mercado. A redução de gastos na área social ocasiona prejuízos mais intensos do que os vivenciados nos momentos de

“segurança social” e investimentos em políticas sociais como nos anos gloriosos na Europa e nos anos de 2005 a 2015 no Brasil.

Essas relações têm impactos na vida dos trabalhadores e no cotidiano dos Assistentes Sociais que necessitam de constante qualificação para subsidiá-los nos enfrentamentos dos desafios diários diante de redução de direitos sociais. Como afirma Amaro (2012), precisamos refletir sobre o Serviço Social em um novo o contexto civilizacional.

Então é necessário refletir sobre os desafios postos com as medidas de austeridade no cotidiano dos Assistentes Sociais, e além disso, realizar constantes indagações sobre as demandas postas pelas famílias diante dos impactos ocasionados pela redução dos direitos e da política de privatização defendida nas medidas neoliberais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Marciel. A Formação em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação a perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. IN: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil: Histórias de resistências e de rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais/PUC/SP, 2007.

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; FIGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. A Centralidade da Figura Materna nas Políticas Sociais dirigidas a famílias: um argumento pela equidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS.21.; 1995. **Anais...** 1995.

AMARO, Maria Inês. **Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade**. Lisboa: Universidade Católica, 2012.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. São Paulo: IPEA, 2016.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, 2016.

BEHRING, Elaine. Trabalho e Seguridade social: o neoconservadorismo nas Políticas Sociais. In BEHRING, Elaine; ALMEIDA, Maria Helena (org.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRANCO, Francisco; AMARO, Inês. As Práticas do “Serviço Social activo” no âmbito das novas tendências da Política Social: uma perspectiva portuguesa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, 2011.

CARNELOSSI, Bruna. O Trabalho do Assistente Social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética Profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 125, 2016.

CARVALHO, Maria Irene; PINTO, Carla. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.121, 2015.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas de WelfareState. **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, n. 24, São Paulo, 1991.

ESPING-ANDERSEN (2010), Gosta ; PALIER, Bruno. **Los tres grandes retos del Estado del bienestar**. Ariel Ciência Política, Barcelona, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. Fome, Pobreza e Exclusão Social: desafios para o governo e sociedade. **Revista Ser Social**, revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social, UnB, Brasília, n.13, jul./dez. 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios da Pesquisa em Política Social. **Revista Ser Social**, revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social, UnB, Brasília, n.9, jul./dez. 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívia Valença. Família e Serviço social: Algumas reflexões para o Debate. In: DUARTE, et al (org). **Família e Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra”. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. Vulnerabilidade externa e crise econômica no Brasil. **Revista Inscrita**. Conselho Federal de Serviço Social, Ano VIII, N XI, maio 2009.

COELHO, Marilene. **Imediatividade: na Prática Profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MORENO, Luis. **Ciudadanos precarios: la “ultima red” de protección social**. Barcelona: Ariel, 2000.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e Assistência Social**. Palestra Proferida na UnB, 2010.

- PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Revista Ser Social**, UnB, Brasília, n. 18, jan./jun. 2006.
- PEREIRA, Potyara Pereira. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 48, 1995.
- PEREIRA, Potyara Pereira. **Necessidades sociais**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.
- PEREIRA, Potyara Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI et al. (org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.
- PEREIRA, Potyara Pereira. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.
- REVISTA SERVIÇO E SOCIEDADE. Desafios ao Serviço Social nos diversos países, Cortez, São Paulo, mar. 2015.
- SARTI, A. Cynthia. Famílias enredadas. In ACOSTA, et al (org). **Família, Redes, Laços e Políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais; PUC/SP, 2010.
- SINGLY, Francois de. **Sociologia da família contemporânea**. Tradução Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FVG, 2007.
- STUCKLER D, Basu S. **A Economia Desumana: porque mata a austeridade**. Lisboa: Bizâncio; 2014.
- THERBORN, Goran. **Sexo e poder**: a família no Mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.